

Medidas legais de 14 de dezembro de 2022

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
<p>Lei nº 14.475, de 13 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p><i>“Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão para ampliação da eficiência na aplicação de recursos e insumos de produção, de forma a diminuir o desperdício, reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade e a lucratividade, bem como garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica”.</i></p> <p>Explicação: sanção do PL 149/2019, que institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura e Pecuária de Precisão, com o objetivo de aumentar a produtividade e a lucratividade, reduzir o desperdício e os custos e garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica do setor. A agropecuária de precisão utiliza tecnologia de ponta, como rastreamento por GPS e sensores colocados no solo, para otimizar o uso de insumos e aumentar a produtividade.</p> <p>Pela lei, a nova política terá como principais diretrizes o apoio à inovação em todas as etapas de produção; a sustentabilidade ambiental e socioeconômica; o desenvolvimento tecnológico e sua difusão; e a ampliação de rede de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor agropecuário.</p> <p>Para garantir a execução da política, a lei prevê assistência técnica e extensão rural, capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada no campo e acesso a linhas de crédito para equipamentos. Na formulação e execução da política, os órgãos competentes deverão, entre outros pontos, estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, considerar as reivindicações dos produtores rurais e fomentar pesquisa e desenvolvimento de tecnologias.</p>
<p>Mensagem do Presidente da República nº 657, de 13 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Comunica ao Senado Federal o veto integral, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, do PL 3401/2008 (PL 69/2014), que <i>“Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências”.</i></p> <p>O projeto limitava o procedimento judicial conhecido como desconsideração da personalidade jurídica, pelo qual um credor pode cobrar dos sócios ou responsáveis obrigações devidas pela empresa.</p> <p>Segundo o texto, a desconsideração da personalidade jurídica poderia ser usada somente quando ficasse caracterizada a ocorrência de manobras ilícitas, por parte dos proprietários das empresas, para não pagar os credores, situação na qual seus bens particulares seriam usados para saldar a dívida.</p> <p>A proposta também instituía um rito procedimental para a medida, assegurando o prévio direito ao contraditório aos sócios acionados por dívidas da empresa e obrigando a atuação do</p>

	<p>Ministério Público em todos os processos de desconsideração da personalidade jurídica.</p>
<p>Instrução Normativa RFB nº 2.120, de 12 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.753, de 30 de outubro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos para anular os efeitos dos atos administrativos emitidos com base em competência atribuída por lei comercial que contemplem modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis”.</p> <p>Explicação: entre outros, estabelece que a elaboração das demonstrações financeiras do CPC Liquidação não desobriga a pessoa jurídica a elaborar, ao final de cada período de apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ): i) o balanço patrimonial; ii) a demonstração do resultado do período; e iii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.</p>
<p>Portaria RFB nº 264, de 13 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Altera a Portaria RFB nº 210, de 18 de agosto de 2022, que aprova a realização do Teste de Procedimentos no âmbito do Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia)”.</p> <p>Explicação: estabelece que o Teste de Procedimentos será realizado até 30 de junho de 2023.</p>
<p>Portaria SETO/ME nº 10.566, de 13 de dezembro de 2022</p> <p>DOU 1 Extra A de 13/12/2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>“Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 272,8 milhões, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.</p> <p>Explicação: entre outros, abre crédito suplementar ao MS, no valor de R\$ 30,4 milhões, para Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde, no âmbito nacional; e ao MCom, no valor de R\$ 2,3 milhões, para Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação, no âmbito nacional.</p>
<p>Portaria MEC nº 854, de 12 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Institui a Comissão Técnica e Pedagógica de Seleção de Soluções Educacionais Digitais, no âmbito da plataforma MECPlace – <i>Ecosystema de Inovação e Soluções Educacionais Digitais</i> – para avaliar assuntos relativos às soluções educacionais a serem ofertadas via plataforma MECPlace, no âmbito do Ministério da Educação (MEC).</p> <p>Compete à Comissão, entre outros: i) aprovar iniciativas a serem oferecidas, quanto aos aspectos técnicos e pedagógicos das soluções apresentadas; ii) analisar instituições, públicas ou privadas, que poderão fazer parte como atores incentivadores de inovação para serviços e soluções a serem ofertados; iii) aprovar inclusão e exclusão, por motivos justificados, de soluções educacionais ofertadas; iv) avaliar o formato de publicação de oportunidades, design e organização da plataforma MECPlace; e v) monitorar e avaliar os resultados obtidos com a implantação das ações de Tecnologia da Informação.</p>

	<p>As reuniões ordinárias serão realizadas bimestralmente e poderão ser convidados a participar representantes de outros órgãos ou entidades.</p>
<p>Portaria CAPES nº 274, de 13 de novembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p><i>“Institui o Processo de Gerenciamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (GPDTIC), no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)”.</i></p> <p>Explicação: institui Processo, que tem por finalidade disponibilizar informações para apoiar a elaboração, o acompanhamento e as revisões do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC) – <i>instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)</i> – na Capes.</p> <p>A equipe deverá produzir, dentre outros, o Plano de Metas e Ações do PDTIC, no qual deverá constar as informações sobre os indicadores, os responsáveis, os prazos e recursos humanos e orçamentários a serem utilizados na execução das ações. Esta Portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2023.</p>
<p>Portaria MS nº 4.282, de 12 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p><i>“Altera a <u>Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017</u>, com o objetivo de estabelecer diretrizes para o financiamento de projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de desenvolvimento ou inovação em saúde pelo Ministério da Saúde”.</i></p> <p>Explicação: estabelece, entre outros, que o MS poderá financiar projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de desenvolvimento ou inovação em saúde e que esses projetos poderão ser apresentados por pesquisadores vinculados a instituições científicas e tecnológicas (ICT) de natureza pública ou privada, sem fins lucrativos. Além disso, a contratação de projetos de pesquisa é feita com a ICT a que está vinculado o proponente e está sujeita à prévia disponibilidade orçamentária de recursos do orçamento da União destinados ao Ministério.</p> <p>A seleção de projetos de pesquisa científica, tecnológica ou de desenvolvimento ou inovação em saúde ocorrerá por meio de chamada pública ou de celebração direta.</p> <p>Até o dia <u>13 de abril de 2023</u> será disponibilizado, aqui o manual instrutivo contemplando glossário de termos, modelo de formulário de submissão e orientações sobre as melhores práticas para o financiamento de projetos de pesquisa submetidos ao MS.</p>
<p>Ato de Pessoal</p>	<p>Objetivo</p>
<p>Portaria CC/MMFDH nº 1.356 de 13 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Exonerar: <u>Ana Lúcia Carvalho de Azevedo Muñoz dos Reis</u> do cargo de Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPM/MMFDH), CCE 1.17.</p>

<p>Portaria de Pessoal SETO/ME nº 14.125 de 13 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Dispensar: <u>Edmércia Chaves Teixeira</u>, do encargo de substituta de Secretária-Geral do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e Conselho de Recursos (CRSFN), do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, do Ministério da Economia (Seto/ME) DAS 101.3.</p>
<p>Portaria CC/MCTI nº 1.350 de 13 de dezembro de 2022</p> <p>DOU 2 Extra A de 13/12/2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Exonerar: <u>Thales Marçal Vieira Netto</u> do cargo de Diretor de Análise de Resultados e Soluções Digitais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), CCE 1.15.</p>
<p>Portaria CC nº 1.355 de 13 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Designar: <u>Carlos Rogério Malafatti</u> para compor o Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital), como representante suplente da Casa Civil da Presidência da República, em substituição a <u>Luciana Lauria Lopes</u>.</p>
<p>Portaria CC/ME nº 1.351 de 13 de dezembro de 2022</p> <p>DOU 2 Extra A de 13/12/2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Exonerar: <u>Waldeir Machado da Silva</u> do cargo de Diretor do Departamento de Riscos, Controles e Conformidade, da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, do Ministério da Economia, (Seto/ME), DAS 101.5.</p>
<p>Portaria PR nº 946 de 13 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Nomear: <u>Nilton Rodrigues de Souza</u> para exercer o Cargo de Coordenador de Atendimento de Tecnologia da Informação, da Diretoria de Tecnologia da Secretaria Especial de Administração, da Secretaria-Geral da Presidência da República (PR), ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa, CCE 1.10.</p>
<p>Portaria MDR nº 3.557 de 13 de dezembro de 2022</p> <p>Visualizar medida</p>	<p>Exonerar: <u>Absai de Souza Camargo</u> do cargo de Coordenador de Infraestrutura e Suporte, da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, da Diretoria de Administração da Secretaria de Coordenação e Gestão da Secretaria-Executiva, do Ministério do Desenvolvimento Regional (SCG/MDR), CCE 1.10.</p>

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.